

Comunicado de imprensa: “BE não aceita qualquer limitação do direito à mobilidade dos açorianos e açorianas”

O Bloco de Esquerda exige garantias de que o novo modelo de atribuição do subsídio social de mobilidade – que está a ser negociado entre o Governo da República e os governos dos Açores e da Madeira – “não vai ser pior do que o atual”, disse o deputado António Lima.

Numa interpelação ao Governo sobre transportes, o deputado do BE defendeu que a Região não pode aceitar “qualquer limitação ao direito à mobilidade dos açorianos e açorianas”.

O atual modelo estabelece que, independentemente do preço do bilhete e do horário, os residentes dos Açores pagam, no máximo 134 euros para viajar entre a Região e o continente, mas as notícias que têm vindo a público apontam para a eventual implementação de um preço máximo a partir do qual o passageiro não é reembolsado, e para a atribuição de reembolso apenas em determinados horários, que serão, certamente, os piores.

António Lima não aceita que o novo modelo crie “um horário dos pobres e um horário dos ricos”.

“Queremos garantias de que os estudantes açorianos não vão ter um limite de duas ou três viagens por ano com direito a reembolso, e que poderão viajar sempre que necessitem”, afirmou ainda o deputado do BE.

Quanto a alterações a introduzir, o Bloco de Esquerda defende que o novo modelo deve garantir que os residentes só pagam, no ato da compra do bilhete, no máximo, 134 euros, em vez de continuarem a ser obrigados “a adiantar centenas de euros” para depois solicitar o reembolso.

“Durante meses, PS, PSD e a seguir o CDS acotovelaram-se para assumir a paternidade por este modelo de transportes. Agora, os problemas começam a surgir e ninguém assume as suas responsabilidades”, disse António Lima, lamentando que, perante os problemas que o atual modelo apresenta, a primeira intenção do Governo da República seja “cortar no direito à mobilidade dos açorianos”, ao mesmo tempo que “protege as companhias aéreas”.

“Este modelo de subsídio social de mobilidade tem servido assim, acima de tudo, para financiar as companhias aéreas que praticam os preços que bem entendem. O passageiro e o Estado pagam”, acusa o deputado do BE.

Horta, 17 de abril de 2018
